

REPRESENTAÇÕES DA NATUREZA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REGIONALIZAÇÃO NO BRASIL SEMI-ÁRIDO.

Rafael Winter Ribeiro (*)

INTRODUÇÃO

A Geografia regional do Brasil no Império (1822-1889) e nos primeiros anos da República Velha (1889-1930), é bastante simples. Duas possibilidades de regionalização do país se descortinavam, a divisão entre o norte e o sul e a divisão entre o litoral e o sertão. Evaldo Cabral de Melo, ao estudar o relacionamento entre o norte agrário e o Império aponta para a surpresa com que, em 1888, os congressistas acolhiam o discurso de um representante do Pará, Mâncio Ribeiro, sobre a Amazônia. Um colega mineiro, indaga a ele pela localização dessa “Amazônia” e Coelho Rodrigues, do Piauí e lente da Faculdade de Direito do Recife, aponta para o perigo separatista da utilização de novas denominações (MELO, 1999: 15).

As representações do meio dominantes eram aquelas da exuberância da natureza e da floresta tropical decantadas pelos cronistas. Não havia ainda a difusão da existência de espaços distintos deste e o reconhecimento de um espaço com característica do que hoje chamamos de semi-árido não encontrava espaço. Em 1896, em um estudo sobre o clima do Brasil, DRAENERT (1896) divide o país, quanto à temperatura, apenas em zona tórrida e zona temperada. Quanto às chuvas, divide o Brasil em grupos, segundo o período chuvoso. Dessa forma, classifica como pertencente ao segundo grupo os lugares da *região continental*, onde as maiores quantidades de chuvas caem na primavera (setembro, outubro e novembro) e no verão (dezembro, janeiro, fevereiro). (...) a esta região pertencem o sertão do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande e Paraíba do Norte, Pernambuco, Bahia, São Paulo, todo o estado de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, isto é, quase todo o interior do Brasil intertropical. (DRAENERT, 1896: 23)

Não há, como podemos observar, uma distinção entre os estados que hoje correspondem ao Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), ao Sudeste (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo) e Centro-oeste (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul). Não há portanto, uma região árida ou semi-árida, pelo menos ao nível de distingui-la das outras. A ocorrência de secas, apesar de reconhecida, não é tomada como um fator de distinção.

No entanto, se realizarmos um salto para 1922, a classificação de clima semi-árido já era perfeitamente aceita. É o que mostra o trabalho de Henrique Morize, diretor do Observatório Nacional e professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em trabalho preparado para o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, comemorativo do centenário da independência, o semi-árido já aparece como um subtipo do clima equatorial. É interessante observar no entanto, como o autor logo no primeiro parágrafo de descrição do tipo climático, faz uma associação deste com a necessidade de obras que impõe.

Existe a Nordeste do Brasil vasta região, que, partindo do sul do Estado do Piauí e se estendendo pelos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, interior de Pernambuco, da Bahia até o norte de Minas, sofre, por intervalos irregulares, de desastrosas secas, que se manifestam como calamidades públicas, as quais o Governo Federal se vê forçado a acudir para salvar de cruel morte pela fome, pela sede e pelas moléstias epidêmicas, numerosas populações que fogem espavoridas para o litoral, em busca de socorro. (MORIZE, 1927: 20)

Nesse texto já existe uma região afetada pelas secas que se distingue das demais, mas associada a ela também está a necessidade de obras. Dessa forma, a necessidade de intervenção por parte do Governo Central nasce junto com a regionalização da área. É possível afirmar ainda que são esses dois elementos, a seca e a necessidade de intervenção, que fornecem o primeiro e central elemento na constituição da região Nordeste.

Além disso, ao analisar o reconhecimento e a atuação do Governo sobre a região é possível identificar que estão relacionados às representações da natureza realizadas. Assim, as mudanças no forma como aquele território é representado e na visão de suas potencialidades muitas vezes estão relacionados à mudança na forma de atuação sobre ele.

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida procura analisar de uma maneira geral o processo de identificação e atuação estatal sobre o espaço que hoje chamamos de semi-árido brasileiro. De forma

(*) Universidade Federal do Rio de Janeiro

mais específica, procura-se entender como a construção da idéia de um espaço semi-árido e diferente do resto do país esteve ligado às políticas públicas e à criação de órgãos estatais de intervenção sobre a região, contribuindo de forma decisiva para a identificação em caráter oficial do “Polígono das Secas” e da “Região Nordeste”.

O objetivo deste trabalho é analisar as visões sobre as potencialidades da natureza, hoje chamada de semi-árida, em um período que identificamos como sendo de *pré-institucionalização do combate à seca*, entre 1877 e 1909. É a partir de 1877 que o Governo Central passa a se preocupar mais diretamente com as questões da seca nas províncias do norte e no Ceará em particular. A partir desse ano, uma série de comissões de engenheiros são criadas para estudar o problema e tentar solucioná-lo, que culminam com a criação em 1909 da Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS – primeiro órgão do Governo Federal dirigido à estudar e combater o problema. Assim, esse momento marca o início de uma forma de pensar este espaço como sendo algo diferenciado do restante do país, que se institucionaliza em 1909.

Pretendo demonstrar como em um nível, essas representações da natureza serviram para organizar as medidas diretas sobre o espaço, tais como construção de açudes e irrigação. Em outro nível, serviram como fundamento à própria organização do Estado no Brasil, através da criação de órgãos que deveriam atuar sobre um território que se representou carente de investimentos.

São analisados aqui os Relatórios dos Presidentes de Província e de Estado do Ceará e os relatórios dos engenheiros que estudaram a necessidade de obras na província e, após 1889, estado do Ceará. Assim, pretende-se analisar as representações da natureza daqueles agentes que estavam mais diretamente ligados à atuação estatal sobre o espaço. A utilização do conceito de representação pode ser útil para se entender a ação sobre o espaço na medida em que possui um duplo aspecto básico: o fato de que as representações possuem um aspecto informativo e um aspecto operatório. Elas contribuem para assegurar o tratamento do conjunto de informações sociais e constituem um guia indispensável à elaboração de condutas e de comportamentos específicos (GUMUCHIAN, 1991). Assim, ao tratar as informações para apreender a realidade, as representações também elaboram condutas de ação sobre essa realidade apreendida. É significativo o fato de que as representações de um dado objeto orientam a ação sobre ele. Conseqüentemente, o que é importante para a Geografia é o fato de que a ação humana sobre o espaço está intimamente ligada às representações realizadas pelos agentes dessa ação

Na primeira parte do trabalho é discutido o caráter paradigmático da seca de 1877, responsável por fazer dela um marco na atuação sobre a região e nas próprias representações sobre ela. Na segunda e terceira partes são analisadas as representações dos agentes mais diretamente envolvidos com o gerenciamento do território no Ceará, os engenheiros e os presidentes de província e de estado.

A SECA DE 1877 E A FUNDAÇÃO DE UMA PROBLEMÁTICA

Desde o século XVI existem relatos sobre secas ocorridas no norte do Brasil (ALVES, 1982), mas que se intensificam ao longo do século XIX. Em 1863, o Senador Pompeu (BRASIL, 1997) já falava na periodicidade da ocorrência do fenômeno no Ceará. No entanto a despeito dos pedidos dos presidentes de província, a Corte ignorava o problema. É somente com a seca que atinge várias províncias no norte do Império, em especial o Ceará, entre 1877 e 1879, que o problema passa a ser discutido em altas rodas no Rio de Janeiro. A migração intensa de pessoas para Fortaleza, capital da província, que chegou a contar com mais de 100 mil retirantes, e para outras cidades, associada a várias epidemias que dizimaram boa parte dessas pessoas atraiu uma grande visibilidade e provocou as primeiras discussões do assunto em instituições localizadas na capital do Império.

Assim, a seca de 1877 representa um marco em vários sentidos. É a partir desse momento que a questão das “secas do norte” ganha destaque no litoral e sobretudo na capital do Império. É a partir desse momento também que se iniciam de forma mais sistemática as longas discussões sobre as formas de evitar o problema que acompanharam todo o século XX.

Para melhor entender o caráter da seca de 1877 e sua importância para a discussão em torno da problemática das regiões afetadas pelas secas, pretendo demonstrar que esse “caráter paradigmático” da seca de 1877 está ligado a vários fatores e não somente à dimensão física da estiagem, apontada pela historiografia clássica como a maior do século XIX. Para CARVALHO (1988: 195), o caráter paradigmático da seca de 1877 deve-se menos à variabilidade climática e mais às condições sanitárias da época e ao fato desta ter sido a primeira calamidade a ser objeto de estudos sistemáticos. No entanto, essa afirmação, apesar de verdadeira, não explica porque foi nesta seca que foram reunidas essas condições, nem porque foi essa a primeira a ser objeto de amplos estudos. Dessa forma, é que é lícito afirmar que o caráter paradigmático da seca de 1877 está ligado a dois fatores principais: o início da decadência da cultura do algodão após um período de grande produção e o adensamento populacional verificado em função do próprio crescimento desta cultura.

Durante o século XIX houve períodos de altos e baixos na cultura do algodão nas províncias do norte do Império. Essa variabilidade está muito ligada aos mercados externos, para onde era voltada a maior parte da produção. A partir de década de 1860 observa-se uma intensificação da produção em função da Guerra da Secessão Americana (1861-1865), quando a interrupção da produção algodoeira no sul dos Estados Unidos, corresponde a um dos picos das exportações de algodão no Brasil¹. Durante esse período a cultura do algodão se espalhou rapidamente por várias áreas, especialmente pelo Agreste e pelo Sertão, provocando uma sensível acumulação de riqueza na província. A cidade de Fortaleza, que se consolidou como centro de exportação vivenciou um período de grande crescimento urbano, modernização e embelezamento que refletia os ideais de uma elite do algodão que se criava (PONTE, 1999). No entanto, esse auge foi bastante breve. Terminada a guerra, a produção americana foi retomada aos poucos, o que fez com que houvesse uma total desarticulação da cultura algodoeira no Brasil já na segunda metade da década de 1870, provocando a quebra desenfreada de vários setores ligados à exportação do algodão. Tal fato foi responsável pela seca de 1877 ter encontrado essas áreas com sua economia já bastante desorganizada, com uma considerável parte da população sem ocupação. Mesmo antes da seca a quebra já era generalizada em todos os setores ligados ao algodão afetando toda a economia do Ceará², a seca contribuiu apenas para agravar esse quadro.

Associado a esse auge da cultura do algodão na década de 1860, verifica-se um grande adensamento populacional nas áreas produtoras. A ocupação inicial do Sertão foi feita sobretudo através da pecuária, atividade que emprega muito pouca mão-de-obra em seu exercício (ANDRADE, 1975). Com a inserção da cultura do algodão e sua necessidade maior de mão-de-obra é verificado um movimento migratório em direção a essas áreas, uma vez que empregava-se nos algodoeiros o trabalho assalariado em detrimento do escravo, naquela época já escasso no Ceará. Dessa forma, durante o período que vai da segunda metade da década de 1850 até a segunda metade da década de 1870 é provável que tenha havido um aumento considerável na densidade populacional no Agreste e no Sertão. A seca de 1877 encontrou então, um número de pessoas vivendo nas áreas sujeitas a ela muito maior do que qualquer outra estiagem anterior e que a própria decadência da cultura do algodão já havia deixado sem ocupação.

Em suma, o fato é que as secas que ocorreram antes desse período afetavam uma pequena população, esparsamente distribuída pelo território, não havendo dessa forma, uma grande visibilidade no litoral da estiagem que ocorria no interior. A seca de 1877, diferente das outras, encontrou um grande contingente populacional vivendo nas áreas suscetíveis ao fenômeno e sem as condições adequadas para atravessá-la.

O SABER PRÁTICO DO ESPAÇO: A ENGENHARIA E AS REPRESENTAÇÕES DA NATUREZA

A seca finalmente havia despertado o interesse da Corte. Em outubro de 1877 o Instituto Politécnico Brasileiro dedicou duas sessões especiais ao estudo do problema das secas, proclamando toda a comunidade para a discussão do problema. Fundado em 1862, o Instituto Politécnico Brasileiro havia sido criado como uma associação dedicada ao estudo de temas técnico-científicos ligados às engenharias. Era uma entidade que congregava os engenheiros para discussão de temas gerais, ligados a todos os saberes associados à engenharia. O modelo para a formação do Instituto foi a École Polytechnique de Paris com um currículo centrado nas matemáticas, símbolo de superioridade intelectual e prestígio social. Assim, o caráter do Instituto refletia o ensino de engenharia realizado no Brasil pela Escola Politécnica, excessivamente “livresco, teórico e enciclopédico” (COELHO, 1999: 196). É necessário lembrar que a segunda metade do século XIX representa a ascensão do prestígio da engenharia enquanto uma carreira para as elites. Até então, o ensino de engenharia no país estava associado apenas às Escolas Militares. Com a expansão econômica do Império e a conseqüente necessidade de obras, sobretudo estradas de ferro, faz com que os engenheiros se juntem aos médicos e advogados como parte da elite pensante nacional.

¹ Os dados apresentados por Guimarães Neto são os seguintes: em 1821-30 as exportações de algodão correspondiam a 20,6% do total das exportações brasileiras. No período 1831-40 10,8%, em 1841-50 cai para 7,5%, valor que é repetido na década seguinte. Na década de 1861-70 esse valor sobe para 18,3%, nos anos 1871-80 cai para 9,5%, na década seguinte para 4,2% e em seguida para 2,1% (EISEMBERG, 1977 *apud* GUIMARÃES NETO, 1989: 45).

² No relato de Rodolfo Teófilo que a vivenciou, a queda do algodão tem um caráter dramático: “Em 1871, restabelecida a paz nos Estados Unidos, começou a baixar o algodão. Negociantes e lavradores tentam arcar com a crise, abrindo novas e imensas lavras que produzem 7.906.944 Kg; mas o preço baixava sempre; o prejuízo foi imenso. Empenharam os últimos recursos e atiraram-se à luta; a safra seguinte deu 7.382.748 Kg, e o preço a baixar sempre! Estavam os lavradores vencidos, pobres e endividados. O rico de ontem estava com as propriedades empenhadas, e sem meios de ganhar a vida, o pequeno lavrador via-se na dura necessidade de trabalhar a 500 réis diários, que a tanto desceram logo os salários. Restava algum gado que foi vendido para se pagar a última parte da ilusória opulência que durou tão pouco! Dela apenas ficaram alguns prédios no sertão” (TEÓFILO, 1922: 23).

Presidida por Sua Alteza Imperial, Sr. Conde D'Eu, as sessões abertas ao público, fato pouco comum, contaram com a participação de outros 18 membros no Instituto³. A finalidade inicial dessa reunião, votada em 9 de outubro era a de “discutir os processos mais econômicos de realizar o projeto do finado Dr. Gabaglia, destinado a melhorar as condições climáticas do Ceará”⁴.

Giácomo Raja Gabaglia (1826-1872) havia sido um dos integrantes da Comissão Científica de Exploração de 1856, responsável pela seção de Geografia. Em 1860 publicou os *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da Província do Ceará*, tendo sido republicado em 1878 na própria Revista do Instituto Politécnico. Nesse trabalho Gabaglia faz um estudo sobre a província do Ceará e seus problemas. Apesar da seca, a natureza no Ceará é identificada como extremamente fértil, o problema estaria na incúria do homem cearense⁵. Para Gabaglia, o problema não estaria na natureza, mas sim no homem, que não soube aproveitá-la. Neste trabalho, realiza ainda um estudo hidrológico genérico sobre a circulação de água na província, no qual conclui que as chuvas não são escassas, recebendo a província, periodicamente uma quantidade suficiente de água. Com isso, ele identifica que a principal solução para o problema da água estaria a cargo da engenharia, uma vez que o problema se resumiria em discutir as formas de armazenar e distribuir a água, optando por um sistema de açudes e de canais de irrigação.

Dessa forma, Gabaglia inicia um discurso tecnicista da natureza que vê na engenharia a solução para todos os problemas da província, discurso esse que seria, em 1877 retomado pelo Instituto Politécnico, do qual o próprio Gabaglia havia sido sócio, e que a partir de então se perpetuaria nas demais ações do governo sobre o espaço, como veremos adiante.

Durante as duas reuniões do Instituto pautadas para a discussão da seca, o debate que se segue é orientado na crença nas possibilidades da técnica e no poder da engenharia. Entretanto, entre os expositores há uma diferenciação fundamental presente em toda a discussão e nas soluções propostas. Enquanto alguns acreditam na possibilidade da técnica em alterar o clima na província, outros não crêem na viabilidade de tal intento. Para os primeiros, a solução radical, permitiria o fim da ocorrência das secas, enquanto para os segundos, a seca é um fenômeno inevitável e restaria ao homem tomar medidas que tornassem possível o convívio com o fenômeno.

Essa discordância inicial acarreta uma divergência nas soluções propostas. Para aqueles que acreditam na possibilidade de mudança do clima, a falta de umidade seria causada pela inexistência de “superfícies de evaporação” na região. Assim, o problema se resolveria com a construção de grandes açudes que, através da acumulação de água, proveriam umidade suficiente para a atmosfera acarretando chuvas contínuas. Outra medida que acreditam, teria resultado, seria a arborização, que também contribuiria para a retenção de umidade na região.

Para aqueles que não acreditam na possibilidade de alteração do clima, as medidas propostas são pautadas em termos de convívio com as estiagens. Assim, mais uma vez os açudes aparecem como a principal solução, uma vez que a causa do problema é ainda a mesma – a falta de água -, no entanto, com uma finalidade diferente dos primeiros. Para alguns, a função principal dos açudes seriam prover água para consumo doméstico e do gado e umidade para a vegetação e lavouras próximas. Para outros, deveriam funcionar como alimentadores dos canais de irrigação para a lavoura. Os primeiros recomendam fundamentalmente a construção de uma série de pequenos açudes, enquanto os segundos preferem a construção de poucos, mas grandes açudes.

A capacidade hidráulica da província também é alvo de discordância. Para a maioria, o Ceará é absolutamente carente de água, havendo precipitação apenas no período de inverno que necessitaria ser retida para uso nos períodos secos. Para outros a província possui recursos hídricos suficientes. Uma prova disso seriam as inundações que periodicamente assolam o Ceará e causam maiores destruições que as secas. Tal qual Gabaglia, alguns acreditam que os problemas oriundos das secas seriam causa da

³ Segundo a ata da reunião estavam presentes os seguintes membros: “Sr. Conselheiro Beaurepaire Rohan, os Srs. Drs. Luz, Coutinho, Rebouças, Paula Freitas, Vieira Souto, Alvaro, Pimenta Bueno, Silva, Victorio, Andréa, Cursino de Amarante, Plácido de Amarante, Magalhães Castro, Schreiner, 1° Tenente Alves Camara, Roswadoski e Americo dos Santos” (Atas das Reuniões do Instituto Politécnico, Revista do Instituto Politécnico, XI, 1878, p. 9).

⁴ Atas das Reuniões do Instituto Politécnico, 9/10/1877, Revista do Instituto Politécnico Brasileiro, XI, 1878: 03.

⁵ “Sim, dolorosa verdade, neste país situado na mais bela posição para uma perene vegetação, e com elementos para abastecer variada e constante produção!... aqui se tem sofrido de fome!(...) O clima das serras é ótimo; fresco, salubre e próprio para alimentar uma cultura constante. As baixas ou sertões cortados por muitas ribeiras, com temperatura média superior em vários graus a das serras, possuem, além de clima sadio, tudo quanto é conveniente para desenvolver em vasta escala a criação de rebanhos, boiadas e cavalhadas. A província foi pródiga, mas os homens têm sido perdulários.” (GABAGLIA, 1878:04, 07).

incúria dos homens, da falta de trabalho adequado, abordagem que fica patente na apresentação do engenheiro José Jorge⁶.

Assim, um outro ponto de divergência que permeia as apresentações está ligado às causas do atraso da província. É verdade que os engenheiros estão mais preocupados em discutir quais são as medidas mais eficazes para, senão debelar, ao menos reduzir os efeitos das secas, mas é possível encontrar nas suas apresentações algumas considerações sobre as causas do atraso em que se encontrava o Ceará. Para alguns, a própria seca e as condições naturais da província seriam os responsáveis diretos pelas condições econômicas dos cearenses. No entanto, outros apontam para a incúria e a índole do próprio povo responsável pelo seu atraso, as secas não causariam grandes problemas se o homem fosse previdente e mais apto ao trabalho. No entanto, qualquer que seja a causa do atraso identificada, a solução central estaria a cargo da engenharia.

Terminada as duas reuniões, o Instituto redige um documento que é enviado ao Governo Imperial, no qual constavam as diretrizes principais do que deveria ser o combate à seca no Ceará, tomando como principal medida a construção de açudes. A partir dessas recomendações, o Governo Imperial nomeia uma comissão que se dirigiu ao Ceará para estudar o problema e propor soluções, no entanto, já em meados de 1878, a comissão é desfeita, em pleno auge da seca, função da impossibilidade de se dirigir ao interior e da discordância política entre os membros da comissão e entre estes e o ministério.

Daí por diante, uma série de comissões são constituídas e logo em seguida desfeitas, ao sabor da política. No entanto um engenheiro que se destacou, chefiando várias comissões durante o Império, foi J. J. Revy, tendo sido o responsável pelo projeto do açude de Quixadá e de suas obras até a proclamação da República em 1889. No Governo Republicano é somente a partir do governo Rodrigues Alves que se retomam as obras, agora sob a chefia do engenheiro Piquet Carneiro. Uma série de comissões são ainda formadas, no Ceará e Rio Grande do Norte, mas é somente com a criação da IOCS em 1909 que o projeto em larga escala de construção de açudes é deslançado. A solução hidráulica, como ficaram conhecidas as medidas tomadas nesse período, na qual a solução era vista apenas em termos de acumulação de água, está ligada à essa ascensão dos engenheiros nas discussões do problema. São essas idéias ainda que serão tomadas também pelos administradores provinciais, que apesar de dependerem de ações do governo central, estiveram mais próximos da ação estatal sobre o espaço e puderam reforçar as idéias que orientaram mais tarde a criação da IOCS.

A NATUREZA COMO PROBLEMA PARA OS ADMINISTRADORES PROVINCIAIS

Foi o reconhecimento da existência de áreas afetadas periodicamente por secas e da necessidade de intervenção sobre essas áreas que fundamentou a criação da IOCS em 1909. Ambas as idéias estão ligadas diretamente à forma como a natureza e o espaço são representados. Assim, o período de consolidação da ação do Estado sobre essas áreas representa também o período de afirmação dessas idéias. Pretendo demonstrar então, a forma como essas duas idéias se apresentavam nos relatórios dos administradores do Ceará.

⁶ “Nenhum país do mundo oferece melhores condições hidrográficas como o nosso, que, bem explorado e artificialmente libertado dos obstáculos naturais – por homens de bons costumes e aptidões profissionais de engenharia, não admite e nunca admitirá as miserinas queixas dos pobres aflitos, que não sabem ser úteis a si e aos outros, e que de preferência perdem dias e noites inteiras em caçar veados, do que trabalhar um só dia para melhorar as condições de suas propriedades territoriais.” (Atas de Reunião do Instituto Politécnico, *op. cit.*: 24).

A CONSTRUÇÃO DA DIFERENÇA

Nos relatórios dos administradores da província⁷, a discussão sobre a natureza aparece com mais intensidade sobretudo em duas temáticas principais: na agricultura e pecuária e na questão da emigração. A agricultura e a pecuária, enquanto as principais, quase únicas, fontes de renda da província ocupam uma parte importante das preocupações de seus administradores. O relativo atraso dessas atividades se comparado a outras províncias do Império suscita uma séria discussão sobre suas causas e dos meios de melhorá-las. Nessa discussão, são três as causas mais atribuídas ao atraso do Ceará: o ócio da população, característica inata ou adquirida da raça; a própria natureza da província, e a falta de investimentos por parte dos governantes. Este último é um tema recorrente em quase todos os relatórios. No entanto, o papel desempenhado pela raça e pelo meio no progresso do Ceará varia consideravelmente segundo o administrador.

Nos discursos dos administradores é possível identificar uma diferença intrínseca quanto à visão da natureza. Enquanto alguns a identificam como extremamente fértil e pródiga, outros a vêem como estéril e de difícil manejo. Vejamos como cada uma das representações se manifestam.

Uma parte considerável dos presidentes de província assinala em seus relatórios para abundância de recursos naturais e a fertilidade do clima e do solo. Nesses discursos, a partir da influência desses fatores, o Ceará teria uma propensão natural ao progresso. A seca, apesar de já reconhecido seu caráter cíclico, é vista como mera adversidade pontual, mas que concorre seriamente para deter esse progresso.

Em 1877, o Desembargador Caetano Estelita, presidente do Ceará desde janeiro daquele ano, ao mandar sua mensagem para a Assembléia, já durante a seca, falava na fertilidade do solo⁸. No seu discurso, apesar da visão desoladora da seca, o solo do sertão é fértil e, na ausência das estiagens, é capaz de produzir e gerar riquezas suficientes para sua população. A fala de Estelita veicula com bastante força a idéia de oposição entre a riqueza do solo cearense e a destruição causada pelas secas. Tal eixo argumentativo torna-se comum entre vários administradores e membros da elite local, que através dessa oposição ampliam a repercussão das secas, uma vez que estas estariam destruindo a prosperidade natural do Ceará.

José Júlio Albuquerque de Barros, terceiro presidente da província durante a seca, produz uma série de três relatórios nos quais apresenta uma preocupação bastante explícita com relação à agricultura e à pecuária no Ceará. Nestes relatórios é reiterada a mesma posição de Estelita⁹. Apesar de identificado o caráter cíclico das estiagens que afetam o Ceará, nesse tipo de discurso, a seca ainda é vista como um fenômeno extraordinário, embora cíclico, não sendo identificada como algo incorporado ao meio, mas externo. Dessa forma fica aberto o campo para afirmações de que o Ceará possui uma natureza extremamente fértil e apta a qualquer agricultura, desde que realizada com alguma técnica que impedisse a ação das secas. O atraso da província seria causado então pelo não emprego de técnicas modernas na agricultura e na pecuária e/ou pela característica do cearense, ligado ao ócio. Vários trabalhos que louvam a natureza cearense como fértil colocam na falta de instrução e na propensão do cearense ao ócio, como as causas principais do atraso na província, tirando assim pelo menos parte da responsabilidade da natureza e das secas¹⁰.

⁷ Os presidentes de província eram nomeados diretamente por Carta Imperial e na maior parte das vezes eram elementos externos às províncias, fato proposital, em função da insistência do Imperador em que este fosse um cargo técnico. A partir da proclamação da república, em 1889, os presidentes passam a ser eleitos nos próprios estados.

⁸ “A província que descansava tranqüila em seus recursos naturais, e tinha posto no seu futuro toda a confiança de seu progresso e desenvolvimento viu-se de súbito ferida por uma seca dolorosa, que voltando o círculo de sua renovação, veio impor-lhe como dantes, os mais pesados sacrifícios e a sua população toda a sorte de sofrimentos e provações. (...) Seria penível recordar-vos que sertões, outrora verdejantes e ricos, **pela fertilidade de seu solo** e abundância de seu comércio, estão hoje reduzidos a desertos ...” (Relatório do Presidente Caetano Estelita Cavalcante, 1877, p. 3).

⁹ “Se eu seguisse a opinião daqueles que consideram a província do Ceará ingrata à vida animal e vegetal, talvez me pronunciasse pela emigração; mas o desenvolvimento de sua população, a multiplicidade de seus produtos, o crescimento de suas rendas protestam contra esse juízo. Penso, pelo contrário **que ela tem muitos elementos de riqueza**, e só precisa de indústrias para aproveitá-los e conservá-los, não sendo a falta de chuvas em alguns anos obstáculo invencível, desde que são mais freqüentes os invernos copiosos, e o terreno se presta à formação de grandes e inesgotáveis depósitos d’água.” (Relatório do Presidente José Júlio Albuquerque de Barros, 1878, p.41-42).

¹⁰ Tal pensamento também foi encontrado por ALMEIDA (1983), ao estudar os Relatórios de Presidente de Província do Maranhão. Apesar de não afetada pelas secas, um grupo de presidentes, atrelados às ideologias do progresso, reconhecem o solo do Maranhão como sempre fértil, culpando os indivíduos que nele trabalham pelo estado de atraso da lavoura maranhense. Esse autores desenvolvem assim, uma oposição constante entre a ‘exuberância da natureza’ e a incapacidade dos indivíduos (ALMEIDA, 1983: 169).

São três os argumentos principais em favor da fertilidade do solo: o crescimento da cultura do algodão, o crescimento populacional e a salubridade do clima. O algodão, principal produto agrícola da província, enfrenta um baque muito forte com o retorno da produção dos Estados Unidos ao fim da guerra civil, no entanto, a fácil adaptação que esse produto obteve na região não deixa de ser levada em conta para justificar a fertilidade do solo, como é possível observar no relatório de Miguel Calmon du Pin Almeida¹¹.

O segundo argumento em favor da fertilidade do solo e do clima como propulsores do progresso, são as estatísticas populacionais. Tradição iniciada pelo Senador Pompeu, a associação entre a "fertilidade" do clima e os altos índices de crescimento demográfico, fadando o Ceará ao progresso, é incorporada por vários presidentes de província.

O clima do Ceará é também visto de forma positiva quando a questão da salubridade é levantada. A constante secura do ar, a pouca existência de áreas alagadiças e brejos, faz seu clima ser identificado como bastante salubre. Esta questão é levantada sempre para refutar a emigração para Amazônia, onde o clima é sempre apontado como prejudicial ao homem, sobretudo ao cearense, pouco acostumado com a abundância de umidade.

A intensificação da emigração de cearenses para o Amazonas e o Pará, a partir do crescimento do mercado mundial de látex, e a indisposição da elite local com essa idéia em função da preocupação com a falta de mão-de-obra que isso traria para o Ceará, anima um debate que tem início mesmo com as primeiras grandes levas de emigrantes durante a seca de 1877, mas que se intensifica durante os anos seguintes com o constante aumento do fluxo de emigrantes. No entanto, é sobretudo com a República, e a confirmação da ascensão de um grupo político ao poder no estado, a oligarquia Acioli, que a discussão sobre a saída de emigrantes se faz mais intensa nos relatórios da administração.

O clima do Ceará, em oposição ao da Amazônia, é sempre apontado como excelente do ponto de vista da salubridade. Sua secura natural seria um elemento a seu favor e em detrimento dos demais climas do Império, em especial ao do Amazonas, aquele para quem estava se perdendo mão-de-obra. Assim, no tópico saúde pública, comum nos relatórios, quase sempre o clima é apontado como um agente da salubridade do Ceará¹².

É necessário observar porém, que a temática discursiva positiva em relação à natureza, com exceção das representações sobre salubridade, é recorrente apenas no final do século XIX, tornando-se a sua existência cada vez mais escassa no últimos anos deste século e primeiros do século seguinte. A idéia de que o Ceará possui uma natureza adversa, na qual a seca é inerente ao meio, isto é, na qual ela deixa de ser um agente externo e pontual passando a ser tratada como uma característica própria da natureza passa a ser cada vez mais difundida.

Assim, pelo final do século XIX, toma difusão uma série de trabalhos que identifica o meio cearense como extremamente adverso. O solo e o clima são apontados como as principais causas do atraso e alguns trabalhos, de forma inversa ao discurso anterior, enaltecem a cultura e a raça. O grande crescimento populacional nesse discurso é utilizado para comprovar a adaptação da raça às adversidades do clima.

Tal idéia tem respaldo nos trabalhos do Dr. Thomaz Pompeu. Thomaz Pompeu de Souza Brasil, segundo filho do Senador Pompeu, reescreve e atualiza boa parte da obra geográfica e demográfica de seu pai. Tal qual o Senador Pompeu vê no meio as causas do grande crescimento populacional no Ceará a despeito das grandes secas. No entanto, adiciona ao clima do Ceará, a característica de, além de incentivador do crescimento populacional, possuir um fator condicionante na raça. Para ele, a raça que se desenvolveria em função das adversidades por que passa o cearense, seria extremamente apta ao trabalho, renegando assim, a idéia desenvolvida por outros de que o cearense é dado ao ócio.

Em 1886 Pompeu Brasil prepara um extenso relatório, rico em dados estatísticos, sobre o estado da agricultura e da pecuária no Ceará, segundo solicitação do presidente Joaquim da Costa Barradas, publicado em anexo à Fala com que este abre a legislatura de 1886. Neste trabalho, Thomaz Pompeu identifica no meio as razões do atraso do Ceará¹³. Pompeu Brasil se encarrega de difundir uma visão

¹¹ "Se o baixo preço deste produto no mercado estrangeiro pode justificar o abandono em que vai caindo a sua cultura em outras províncias, é de notar aqui o baixo preço do salário, as tarifas cômodas das estradas de ferro, e **sobretudo a excelência do solo**, são causas que no Ceará modificam aquele inconveniente." (Relatório do Presidente Miguel Calmon du Pin Almeida, 1886, p. 43)

¹² "Graças à **excelência do nosso clima**, tem-se mantido inalterável a saúde pública, exceto nesta capital, na cidade de Quixeramobim e no povoado de Caio Prado." (Relatório do Presidente José C. Queiroz, 1891, p.6).

¹³ "Causas físicas e etnológicas explicam de sobejo a lentidão do desenvolvimento industrial do Ceará e sua inferioridade em relação a algumas das províncias limítrofes. (...) Essa declividade [do terreno], quase não interrompida, de sudoeste para nordeste, do alto sertão para a costa, e a minguada porosidade do

extremamente pessimista da natureza do Ceará, na qual as idéias de esterilidade e inferioridade do meio são amplamente utilizadas. Apesar disso, não acredita que a província não possua vocação para a agricultura, devendo aos homens um trabalho mais árduo para resolver os problemas causados pelas secas¹⁴.

Tendo em vista a dificuldade de se entender e modificar o clima, a esperança para o progresso da província se encontraria em outro fator, para ele, mais fácil de se controlar: a população. Apoiado nos dados do crescimento populacional, Pompeu conclui que o Ceará possui uma natureza propícia à propagação do homem, tal qual outros já o concluíram. No entanto, indo mais longe, Pompeu acredita que os fatores climáticos da província desenvolveriam no homem cearense, apesar de sua atual falta de instrução, excelentes aptidões que poderiam levar ao progresso da província.

Thomaz Pompeu completa o pensamento iniciado por seu pai com o desenvolvido por Henri T. Buckle. Historiador e sociólogo inglês, Buckle publicou em 1857 um livro intitulado *História da Civilização na Inglaterra*, no qual defende a tese de que o progresso da civilização européia marcava-se pela influência cava vez menor do mundo natural, e que na Europa em geral e na Inglaterra em particular, as forças mentais acabariam por sobrepujar as condições físicas. Entretanto, negava tal fato para os demais continentes, nomeadamente para o Brasil, país que estaria acima de qualquer outro no que se refere à abundância de vida natural, no qual a grandiosidade da natureza não deixaria espaço para o homem, condenado a viver em condições primitivas (BUCKLE, 1900).

Ao incorporar o pensamento de Buckle ao seu, Pompeu assume que o caráter adverso da natureza no Ceará, geraria no homem aptidão para o trabalho, fato que não se desenvolveria de todo no sul do país, mas bem dotado pela natureza. O Ceará, por sua natureza diferenciada teria muito mais condições de desenvolver uma civilização na qual o trabalho árduo alcançaria altos níveis de progresso. No entanto, por sua própria natureza diferenciada, a província deveria procurar caminhos distintos daqueles seguidos pelas províncias do sul. Assim, conclui que a forma como se tentava a agricultura, aos moldes daquela realizada no sul do país era incompatível ao meio e à raça cearenses.

Há ainda um discurso que radicaliza a visão da natureza como árida e de sua adversidade para o homem, identificando no Ceará a impossibilidade de realização da agricultura e mesmo da pecuária. Todas as tentativas de implantação dessa atividade teriam revelado-se infrutíferas e persistir seria manter ou intensificar a posição de atraso do Ceará. A solução apontada seria investir em uma atividade que não fosse tão dependente das condições ambientais como a agricultura, das quais a eleita quase sempre é a indústria fabril¹⁵.

solo, que não armazena as águas da chuva, influem poderosamente sobre a secura da atmosfera, esterilizando-o na maior parte do ano. Os acidentes do solo, em geral de pouca importância, as serras baixas, graníticas, desnudadas de vegetação e de húmus, insuficientemente regadas por correntes, apresentam apenas raras elevações que fazem exceção a aridez geral; como Maranguape, Aratanha, Baturité, Uruburetama, e a cordilheira circular da Ibiapaba, espécie de oasis verdejante no meio da secura do sertão.(...) Se a essas causas de inferioridade territorial não acrescessem outras, senão mais contrárias, ao menos tão danosas, ainda se podia esperar do esforço e atividade cearense profundas e salutaras [modificações?] na natureza. Infelizmente, a posição topográfica do Ceará em relação aos ventos gerais chamados alísios, suas condições orológicas e hidrográficas, ocasionam a instabilidade das estações, tão fatal à sua incipiente indústria agrícola, e de criação. (...) Inconstante como parecem ser as correntes aéreas, pelo menos enquanto a ciência não descobrir-lhes as leis de movimento, baldadas serão as tentativas para por termo às secas que periodicamente devastam essa parte do Império.” (Tomaz Pompeu de Souza Brasil, anexo ao Relatório do Presidente Joaquim da Costa Barradas, 1886, p.4-5).

¹⁴ “Não quer isto dizer que os poderes públicos e a iniciativa individual esmoreçam, cruzando os braços à fatalidade dos agentes meteorológicos. Não. Por isso mesmo que a reprodução do mal é irremediável, cumpre não poupar labor para minorar-lhe os efeitos desastrosos.” (Tomaz Pompeu de Souza Brasil, *op. cit.*, p.4-5).

¹⁵ Esta é a opinião do presidente Enéas de Araújo Torreão: “É intuitivo que, em futuro mais ou menos remoto, a atividade e os capitais hoje empregados na lavoura e na criação, cujos resultados as secas tornam tão incertos, procurarão na indústria fabril emprego mais remunerador e seguro ao abrigo das calamidades originadas nas irregularidades das estações. (...) Não pode haver estabilidade na fortuna pública desta província, enquanto as suas bases assentarem exclusivamente na agricultura e na indústria pastoril, como ainda acontece. (...) Sem rios, nem grandes reservatórios d’água, a falta de algumas chuvas, basta para determinar enormes prejuízos, que, ferindo diretamente os lavradores e criadores, vão refletir-se desastrosamente em todas as relações econômicas e financeiras. A medida tão discutida e aconselhada da construção de numerosos açudes espalhados por toda a província, pode, sem dúvida, atenuar os males resultantes da escassez e irregularidades dos invernos; mas não me parece suficiente para por o Ceará ao abrigo das calamidades nas grandes secas. Além disso, a idéia é de difícil e morosa execução. (...) De fato, quando o Ceará possuir um bom sistema de vias-férreas, e conseguir que a sua

A associação, principalmente nos relatos sobre as secas, de palavras que denotam espaços áridos, tais como *deserto*, na referência ao sertão, e *oásis*, na referência às serras, são incorporadas em vários discursos. Essas idéias dão base para uma visão negativista da natureza do sertão, identificado como *locus* naturalmente pouco fértil e de difícil ocupação, enquanto as serras surgem como pontos que sobressaem à aridez geral.

Esse discurso evidencia uma associação clara com a existência da água. Ele aparece sobretudo na justificação de propostas de açudagem. Aqueles administradores que preconizam a construção de açudes, os defendem associando-os a oásis, onde os homens encontrariam um refúgio no meio da aridez geral¹⁶.

O importante da utilização desses termos é que a associação do Sertão à desertos, difunde a idéia de um clima árido, sem água, de difícil ocupação. Trata-se de uma imagem forte, a de um deserto entrecortado por poucos oásis que pouco espaço para afirmações sobre a fertilidade do solo, contribuindo para uma associação cada vez maior do Ceará com áreas áridas. A força dessas representações toma então aos poucos o lugar das representações sobre a fertilidade do solo, que passa a ser cada vez menos encontrada.

A NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO

A idéia de que existia a necessidade de obras, sobretudo açudes, para contornar ou mesmo transformar os efeitos do clima é bastante antiga. Alguns presidentes da província já haviam tentado soluções nesse sentido, dentre os quais, Inácio Correia de Vasconcelos (1847), Fausto Augusto de Aguiar (1848), Silveira de Sousa (1859), Lafaiete Rodrigues Pereira (1864). Entretanto, a despeito disso, não é nenhum erro afirmar que é somente a partir 1877 que a discussão acerca da seca e do clima ganha relevo, sobretudo nas esferas do poder central, tendo em vista o fato de que é somente a partir dessa data que este começa a atuar sobre o problema.

O caráter de catástrofe a que é ligada à seca de 1877, desorganizando toda a economia da região, fornece um campo fértil para o desenvolvimento da idéia de que o meio do Ceará, ao contrário de outros lugares do Brasil, necessita de intervenção para se tornar produtivo ao homem. São esses elementos que fornecem a justificativa para a criação de um órgão que visasse a resolução do problema.

Os relatórios de presidentes de província, apesar de não se dirigirem diretamente ao Governo Central, em geral apontam o que seus administradores acreditam ser as principais necessidades da província. Sendo assim, os presidentes não deixam de imprimir nos relatórios as atitudes que esperam que o governo central tome, além de descreverem os auxílios recebidos.

A idéia de que o Ceará é uma província carente de benfeitorias é comum a praticamente todos os administradores. No discurso dos presidentes de província, a ausência de infra-estrutura é uma das queixas mais recorrentes, e a discussão sobre os efeitos das secas e os meios de remediá-los apenas acirra a questão¹⁷.

A idéia de que quase nada tem sido investido na província, e de que por isso mesmo há muito ainda por fazer acompanha todos os relatórios. As diferenças aparecem, quando estes presidentes apontam para as suas prioridades. Como ficou patente na discussão anterior, várias eram as causas atribuídas à parca situação econômica da província e essas diferentes concepções do problema repercutem nas estratégias de debelá-lo. Assim, a associação muito comum do atraso regional à seca faz com que boa parte das queixas quanto à pouca assistência do governo central sejam dirigidas à falta de obras para resolução do problema.

O presidente Pedro Leão Veloso, em 1881, acredita na intervenção dos poderes públicos para fazer crescer o progresso da província, atuando sobre "os influxos naturais". Tal crescimento deveria ser tanto

fortuna tenha por base as variadas explorações desse ramo de indústria [fabril], terá resolvido em grande parte o máximo problema. Então as secas produzirão ainda prejuízos, mas não hão de ser ocasião das imigrações em massa e dessa pavorosa soma de misérias." (Relatório do Presidente Enéas de Araújo Torreão, 1887, p.82, 88).

¹⁶ "Justifica-se por igual conveniência a construção de açudes e aguadas públicas que constituem, numa crise destas, verdadeiros **oásis** nos sertões **áridos** e **desertos** esparsos, onde a população vai desalterar-se da sede e buscar refúgio do desaparecimento das águas nas estações secas." (Relatório do Presidente Caetano Estelita Cavalcante, 1877, p. 19).

¹⁷ "Numa província em que se pode dizer, tudo está por fazer, só com o emprego de largas somas se poderá levar a execução obras de necessidade e proveito para ela." (Relatório do Presidente Caetano Estelita Cavalcante, 1877, p. 22).

maior quando mais rápida a intervenção¹⁸. A associação que muitos fazem entre a seca e o atraso da província faz com que as obras consideradas prioritárias sejam aquelas ligadas ao problema das secas.

Durante a permanência da comissão do engenheiro J. J. Revy, os relatórios dão conta da esperança deste empreendimento para a mudança do caráter atrasado da província. Carlos Honório Benedicto Ottoni, em 1885, demonstrando fé nas obras da comissão, relata sua visita à área de construção do açude de Quixadá¹⁹. Desta visita, Benedicto Ottoni envia telegrama ao ministro da agricultura dando notícias do andamento da comissão e de suas impressões sobre o trabalho, do qual conclui que representam “questão de vida para o Ceará”²⁰. Em favor do sucesso das obras, Benedicto Ottoni utiliza os mesmos argumentos que o engenheiro Revy, apontando o êxito que tiveram obras de irrigação na Índia e na Itália²¹.

Apesar dos açudes serem sempre a principal solução apontada, alguns administradores visualizam a necessidade de outros investimentos para combater as secas e para tornar a província produtiva. A construção de escolas, principalmente as de nível técnico, voltadas para a agricultura, a maior acessibilidade a financiamentos por parte dos agricultores e a construção de estradas de ferro são as outras medidas mais recomendadas. Esta última, facilitando a comunicação entre as diferentes regiões da província é bastante citada²².

A construção de estradas de ferro é vista também como a grande redenção para o Ceará e representa o segundo pedido de intervenção mais comum nas estratégias de melhoramento das condições da região, vindo atrás apenas da solução da açudagem. Isso se dá também pelo fato apontado por Evaldo Cabral de MELO (1999: 191) de que durante o Segundo Império, as estradas de ferro constituíam a forma predominante que tomaram os investimentos públicos de caráter reprodutivo, representando um sinal visível de ação governamental em todo o país.

Em suma, a necessidade de obras é uma constante nos relatórios dos administradores e dentre elas a mais constante e vista como tendo a maior repercussão sobre a província são os açudes. Tal fato se dá a partir da eleição da seca como o maior problema da província, e a medida em que esta vai se tornando mais visível, seu discurso vai ganhando mais força, o que solidifica as idéias de construção dos açudes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O final do século XIX e início do século XX, de uma maneira geral corresponde a uma mudança na forma com que a natureza no Ceará era representada. Na verdade esse período corresponde à própria afirmação da idéia de aridez. Essa mudança na forma de representação estava associada também à uma mudança na forma de atuação sobre a região, correspondendo a um período em que a ação do Governo Central começa a se afirmar.

A possibilidade de criação da IOCS só se deu a partir da sustentação que as representação sobre a aridez e a necessidade de obras deram, construindo uma idéia de diferenciação daqueles espaços afetados pelas secas em relação ao restante do país. Assim essa discussão serviu como fundamentação à própria regionalização e criação da Região Nordeste, uma vez que para justificar a existência de um

¹⁸ “A produção há de crescer com a evolução natural da sociedade, **tanto mais apressada quanto mais estimulada pelos poderes públicos**, empenhados, no que deles depender, em neutralizar os influxos das causas naturais, que tanto concorrem para retardar a marcha progressiva da província.” (RPPCE-IX, p. 11)

¹⁹ “Vivamente interessado pela realização deste maravilhoso empreendimento, **que sem dúvida mudará a face desta província**, vítima das mais dolorosas secas, realizei uma viagem à bacia do Reservatório de Quixadá, em companhia do chefe da comissão Dr. J. J. Revy, a fim de visitar os trabalhos preliminares da exploração e os vales irrigados do Satiá. Esta visita me deixou a mais grata das impressões.” (Relatório do Presidente Carlos Onório Benedicto Ottoni, 1885, p.105).

²⁰ Relatório do Presidente de Província Carlos Onório Benedicto Ottoni, 1885, p. 105.

²¹ **“A construção de reservatórios no Ceará pelo governo do Brasil, sob uma firme e generosa administração e uma previdente política, nos limites que a natureza tem imposto pelas condições geográficas**, fará o Ceará ser para o Brasil o que Milão é para a Itália” (Relatório do Presidente Carlos Onório Benedicto Ottoni, *op. cit.* p. 106).

²² “Quando forem construídos os **açudes projetados e for irrigada grande área agrícola da província**, quando, concluídas as **estradas de ferro**, ficar o centro em fácil comunicação com o oceano, podendo explorar em toda a sua plenitude suas riquezas; quando **escolas profissionais** habilitarem o trabalhador cearense a tirar da terra o produto que lhe é próprio e na maior quantidade, quando **bancos agrícolas** facilitarem ao agricultor inteligente capitais a juro baixo, para desenvolver a cultura de suas terras, será ocasião de conhecer qual a força produtiva da província, e então o Ceará, cujo solo é o mais apropriado à cultura do algodão **terá entre suas irmãs lugar proeminente pela sua agricultura.**” (Relatório do Presidente Miguel Calmon du Pin Almeida, 1886, p. 56).

órgão que atue sobre aquele determinado espaço, é necessário antes de mais nada demonstrar que ele é distinto do restante do país, criando uma nova regionalização.

Podemos afirmar ainda que esse período é fundamental para se entender também o próprio processo de formação do Estado no Brasil e sua captura por elites regionais, no qual as novas regionalizações desempenharam um papel central. As novas formas de utilização do espaço brasileiro que se impõem a partir do final do século XIX fazem com que sua percepção também passe a ser diferenciada, fazendo com que surjam novas regionalizações.

No caso do nordeste, a partir do reconhecimento da região, a elite nordestina passa a articular de maneira mais forte ainda o discurso da pobreza regional que é utilizado para que se consiga verbas para a região (CASTRO, 1992), sendo esse discurso, na verdade, é um dos elementos fundadores da própria região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Alfredo Wagner Berno de (1983). "A decadência da lavoura na versão dos administradores provinciais. Uma análise dos discursos e relatórios dos presidentes da província do Maranhão no transcurso do século XIX". In: *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão*. São Luís: IPES, Estudos Monográficos, pp. 71-190.
- Alves, Joaquim (1982). *História das secas (séculos XVII a XIX)*. Mossoró: Coleção Mossoroense, 1982, 2^a ed.
- Andrade, Manoel C. (1975) *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. Recife: SUDENE.
- Brasil, Tomás Pompeu de Souza (1997[1863]). *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alacântara, ed. facsimilar, 2 vol.
- Buckle, Henry T. (1900). *História da Civilização na Inglaterra*. São Paulo: Tip. da Casa Eclética, 2^a ed.
- Carvalho, José Murilo de (1996). *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume-Dumará, 2^a ed.
- Carvalho, Otamar de (1988). *A economia política do Nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)*. Rio de Janeiro, Brasília: Campus, ABID.
- Castro, Iná Elias de (1992). *O Mito da necessidade. Discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Coelho, Edmundo Campos (1999). *As profissões imperiais. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record.
- Draenert, Frederico Mauricio (1896). *O Clima do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Lith. de Carlos Schmidt.
- Gabaglia, Giacomo Raja (1878). "Ensaio sobre alguns dos melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará". In: *Revista do Instituto Politécnico*, X, pp. 1-59.
- Guimarães Neto, Leonardo (1989). *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: Massagana, Fundação Joaquim Nabuco.
- Gumuchian, Hervé (1991). *Représentation et aménagement du territoire*. Paris: Anthropos.
- Melo, Evaldo Cabral de (1999). *O Norte Agrário e o Império, 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2^a ed.
- Morize, Henrique (1927). *Contribuição ao estudo do clima do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 2^a ed.
- Ponte, Sebastião Rogério (1999). *Fortaleza Belle Époque. Reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2^a ed.
- Teófilo, Rodolfo (1922 [1883]). *História da seca do Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 2^a ed.